



# O TRABALHO COMO EXERCÍCIO CRIATIVO E ALEGRE DA VOCAÇÃO DE DEUS – FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES: UMA APROXIMAÇÃO REFORMADA (1)

**Hermisten Maia Pereira da Costa**

Doutor e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).  
Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da  
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). *E-mail:* hermisten@terra.com.br

---

## RESUMO

Neste primeiro de dois artigos, dentro de uma perspectiva Reformada, analisa-se a origem bíblica da ideia de trabalho e seu significado teológico, espiritual e social, enfatizando a sua importância legislativa com base nos dez Mandamentos. Passando em revista algumas concepções históricas concernentes ao trabalho, descreve a visão Reformada de vocação e trabalho, seus fundamentos e algumas de suas implicações.

---

## PALAVRAS-CHAVE

Vocação. Trabalho. Sábado. Pensamento Reformado. João Calvino.

“Se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus” (CALVINO, 2000, p. 77).

*“Mestre: Qual é o fim principal da vida humana?”*

Discípulo: Conhecer os homens a Deus Seu Criador.

*Mestre: Por que razão chamais este o principal fim?”*

Discípulo: Porque nos criou Deus e pôs neste mundo para ser glorificado em nós. E é coisa justa que nossa vida, da qual Ele é o começo, seja dedicada à Sua glória” (CALVIN, 1958, p. 37).

## 1. INTRODUÇÃO

---

A Bíblia, conforme a leitura reformada que norteará este texto, parte do princípio da soberania de Deus sobre todas as coisas. Deus é o Senhor! Nessa perspectiva, na Sua relação conosco, Deus estabelece sinais dessa soberania que nos servem como indicativo do Seu poder, mantendo-nos sempre atentos ao fato de que Deus é o Senhor a Quem devemos amar, honrar e obedecer. Nesse sentido, Deus concedeu o domínio aos nossos primeiros pais sobre todas as coisas criadas, reservando exclusividade apenas sobre uma árvore (Gn 2:16-17). Deus, que nos dá todas as coisas, estabelece o dízimo como o sinal de que tudo o que temos Lhe pertence: Deus é o proprietário da terra e o originador de todas as bênçãos (Lv 25:23; Sl 24:1, 100:3; 1Cr 29:11,14; Sl 50:9-13). Portanto, o melhor deve ser dado a Ele (1Sm 2:29; Ml 1:6-14). Quanto ao tempo, Deus, como Criador e Senhor do tempo, concede-nos o livre uso desse bem. Requer, no entanto, a guarda do sábado, o dia de santo descanso (Ex 20:8-11). Não pensemos, com isso, que Deus precise da árvore reservada, do nosso dízimo e do nosso tempo; Deus de nada precisa. Deus estabeleceu esses limites para o nosso bem, para a nossa educação e, o principal, para a nossa comunhão com Ele, em Quem há vida abundante.

Visando à formação da cultura, o nosso desenvolvimento pessoal e social, Deus concede habilidades ao ser humano a fim de que este, no legítimo uso desses dons, possa, entre outras coisas, realizar-se como pessoa glorificando a Deus no progresso da sociedade, apresentando o fruto do seu trabalho como ato de culto, reconhecendo em Deus o doador e mantenedor de todas as coisas.

Adão e Eva, que tinham todas as coisas diante de si, não foram, nem por isso, privados de guardar e cultivar o jardim do Éden (Gn 2:15). Partindo dessa perspectiva, a grandeza de nosso trabalho não está simplesmente no que fazemos – embora haja atividades que sejam em si mesmas repulsivas ou que não deveriam fazer parte de nossas expectativas, por contribuírem para o prejuízo de nosso próximo –, mas em como o fazemos, implicando aí o seu objetivo último. Dessa forma, a consagração às nossas vocações revela a seriedade com que olhamos o nosso Senhor e a nossa missão. Não há satisfação maior que

atender à vocação de Deus. Alegrar-nos em Deus significa ter o prazer da sua comunhão em alegre obediência.

---

## 2. O SÁBADO DO SENHOR

---

### 2.1 TERMINOLOGIA

O substantivo hebraico  $\text{tfBa\$}$  (*Shabbāth*), “sábado”, ao que parece, é derivado do verbo  $\text{tabf\$}$  (*Shābath*), que significa, “cessar”, “desistir”, “descansar”, “deixar”, “desaparecer”, “chegar ao fim” (Gn 2:2-3, 8:22; Jó 32:1; Is 13:11, 17:3; Jr 31:36) e, conforme o contexto, “parar de trabalhar”. A ideia que a palavra sugere é a de uma obra concluída. A correspondência das palavras é extraída de Gn 2:2-3, quando diz que Deus, após concluir a Sua obra, no sétimo dia, “descansou” ( $\text{y[iybiv.]}$ ) (*shebiy`iy*). No entanto, deve ser enfatizado que Gn 2, de forma alguma, trata do sábado como o dia a ser guardado.

*Shabbāth* ocorre pela primeira vez em Ex 16:23:

Respondeu-lhes ele: Isto é o que disse o SENHOR: Amanhã é repouso (!AtB'v;) (*shābbāthon*), o santo sábado (tB'v;) (*shabbāth*) do SENHOR; o que quiserdes cozer no forno, cozei-o, e o que quiserdes cozer em água, cozei-o em água; e tudo o que sobrar separai, guardando para a manhã seguinte.

Van Groningen (1998, p. 156) conclui que, “o termo deve ser entendido como tendo um sentido geral de *intervalo*, um tempo entre outros, separado para propósitos religiosos específicos. Em suma, *sábado* significa um dia santo”.

No grego, a palavra é apenas transliterada do hebraico, *salbbaton* (*Sábbaton*), preservando o mesmo sentido. Algumas vezes, a palavra indica “semana” inteira (Mc 16:2; Lc 18:12; Jo 20:1,19; At 20:7; 1Co 16:2), visto que os demais dias não tinham nomes, sendo designados por números ordinais: 1º, 2º... O domingo era o primeiro dia da semana.

No Novo Testamento, encontramos a expressão *kuriakolj* (*kyriakós*) (“do Senhor”, “pertencente ao Senhor”), derivada

do *ku/rioj* (*kyrios*), “Senhor”. *Kuriakolj* só ocorre duas vezes no Novo Testamento: em 1Co 11:20, “Ceia do Senhor”, indicando a sua instituição ou posse do Senhor; e, em Ap 1:10, quando especificamente fala do “Dia do Senhor” (*kuriakh*= h(me/ra) (*kyriakê hêméra*).

Já o termo “domingo” é proveniente do latim, *dies dominica* (dia do Senhor), que traduz o grego (*kuriakh*= h(me/ra) (*kyriakê hêméra*). A expressão latina teve influência cristã, visto que os romanos designavam originariamente esse dia de *dies solis* (dia do sol).

## 2.2 A ORIGEM

---

As Escrituras registram que Deus, após ter criado todas as coisas nos céus e na terra, no sétimo dia, descansou da obra da criação; Ele completou o que iniciou. Temos, então, negativamente, a conclusão de Sua obra criativa e, positivamente, a santificação do sétimo dia (Gn 2:2-3). A palavra “sábado” não ocorre na narrativa de Gênesis, contudo é-nos dito posteriormente em linguagem antropomórfica: “Porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de *sábado* (tB’v;) (*shâbbath*) e o santificou” (Ex 20:11). Posteriormente, isso é reafirmado, dizendo que, nessa ocasião, Deus “descansou, e tomou alento” (Ex 31:17). “Deus não descansa da fadiga, mas em contentamento pela realização completada” (VAN DYKE et al., 1999, p. 86). Ele continuou preservando e sustentando a Sua obra, como sempre o faz. Do mesmo modo, o povo de Deus, juntamente com todos os seus, seguindo o Seu Criador, deve tomar alento nesse dia (Ex 23:12).

A admoestação de Deus sobre o povo, na tentativa de recolhimento do maná para o dia seguinte, ocorrendo isso antes da entrega da Lei, atesta a instrução anterior de Deus ao povo quanto à necessidade de guardar esse dia, ou seja: antes da prescrição dos *Dez Mandamentos*, já havia o ensino de Deus quanto ao sábado. Na Lei, temos, assim, a sua “codificação” (Ex 16:45, 16-30).

## 2.3 O SIGNIFICADO

O Antigo Testamento insiste no fato de que o sábado é do Senhor (Ex 16:23, 20:10; Lv 23:3), realçando, inclusive, a sua relevância para o povo.

Devemos destacar que os preceitos divinos que têm origem circunstancial têm, geralmente, aplicação temporal. Desaparecendo as circunstâncias, cessa a sua necessidade. Entretanto, quando a razão da Lei é de ordem permanente, a Lei permanece. Portanto, em virtude de a guarda do sábado estar contida no Decálogo – os princípios que devem nortear nossas relações com Deus e com nosso próximo –, o preceito divino permanece para todas as épocas:

Os “Dez Mandamentos” retêm um caráter tão obrigatório com relação ao crente da nova aliança como o princípio da fé que formava a essência central da fase abraâmica da aliança da redenção (ROBERTSON, 1997, p. 67).

### 2.3.1 SIGNIFICADO ESPIRITUAL

O sábado foi abençoado (Gn 2:3; Ex 20:11) e santificado por Deus (Gn 2:3; Ex 20:8,11, 31:14; Dt 5:12); ele tornou-se um dia especial para o Seu povo, sendo, também, um sinal da Aliança perpétua entre Deus e nós (Ex 31:16-17); um sinal de nossa santificação operada por Deus (Ez 20:12). O sábado confere sentido correto à nossa vida, ao nosso trabalho e às demais relações. É no descanso do Senhor que encontramos o real sentido de nossa existência.

Quando olhamos o quarto mandamento – já conhecido e desobedecido, daí o “lembra-te” (Ex 20:8) – em relação aos outros, vemos que é o mais extenso (Ex 20:8-11), sendo detalhado e relacionado com o descanso de Deus (Gn 2:2-3). É digno de nota que Deus avaliou a sua criação como muito boa; no entanto, somente o sábado foi santificado, significando que o sábado foi abençoado não como fim em si mesmo, mas como um dia concedido por Deus para o homem, o qual foi criado primeiro. O sábado foi criado por causa do homem e para ele, atendendo às suas necessidades (inclusive metafísicas) no propósito divino que inclui o homem em sua inteireza.

Jesus Cristo instrui: “O sábado *foi estabelecido por causa* (e)ge/neto) (‘veio a existir’, ‘foi feito’) do homem, e não o homem por causa do sábado” (Mc 2:27). “Deus criou o Sábado porque ele era para o bem do homem e de toda a criação” (ROBERTSON, 1997, p. 63). O sábado, como bênção de Deus para o homem, mantém sempre vivo em nossa memória o fato de que Deus criou o mundo e tudo o que nele há (Gn 2:2-3; Ex 20:11), e também descreve uma situação histórica (a libertação do Egito), prefigurando a libertação por vir: a obra recriadora de Deus (Dt 5:15).

Hendriksen (2003, p. 144) comenta:

O sábado foi instituído para ser uma bênção para o homem: para mantê-lo saudável, útil, alegre e santo, dando-lhe condições de meditar calmamente nas obras do seu Criador, podendo deleitar-se em Jeová (Is 58:13,14), e olhar adiante, com grande expectativa, para o “repouso que resta para o povo de Deus” (Hb 4:9).

## **2.3.2 O SIGNIFICADO SOCIAL**

---

O sábado faz uma conexão oportuna e ilustrativa de nossas obrigações para com Deus e para com o nosso próximo, daí a sua ênfase também social. Logo, longe de se tornar um fardo, deveria ser um motivo de alegria.

Nele, está embutido o conceito de igualdade entre os homens e a necessidade que todos têm de descanso. O sábado não é para alguns, mas para todos; ele tem um alcance mundial: homens, mulheres, crianças, cativos, animais e a própria terra. Para os servos e aqueles que estão sob o domínio dos outros, há a possibilidade de alívio de suas tarefas (Ex 20:8-11; Dt 5:12-15). O sábado, além de ampla função social, tem sentido ecológico; a terra deve descansar, além de semanalmente, a cada sete anos, e, finalmente, no quinquagésimo ano. A terra deve, também, usufruir o ano sabático (Lv 25:1-12). Para o judeu, a contagem sabática era mais relevante que a década; boa parte de sua mensuração do tempo era feita por meio de sete dias, meses e anos (Gn 7:4,10, 8:10,12, 29:18,20,27). Sobre a questão humanitária, vemos a recordação ao povo de

que eles foram escravos no passado; portanto, sabiam o quão explorados foram e o quanto desejavam, de forma mais imediata, o descanso de suas pesadas cargas. O sábado servia para que todos tomassem alento (Ex 20:10, 23:12; Dt 5:13-15). Calvino (2003, p. 26) comenta que, “embora o sábado tenha sido ab-rogado, ainda tem vigência entre nós [...] para que servos e trabalhadores tenham um descanso de seu labor”.

Dando um salto histórico, no Novo Testamento, parece razoável associar o recolhimento de oferta para as igrejas necessitadas de Jerusalém com o primeiro dia da semana, o “sábado cristão” (1Co 16:1-2).

### 3. O SÁBADO COMO RESULTADO DO TRABALHO

---

O sábado tem um sentido *objetivo* e outro *subjetivo*. Considerando-o no sentido objetivo, vemos que Deus o criou para ser o dia santificado a Si e, também, o nosso dia de descanso no qual tomamos alento na própria dedicação litúrgica ao Senhor. De modo *subjetivo*, contudo, tem sentido de descanso. Portanto, nessa perspectiva, o sábado só pode ser considerado por aquele que trabalhou arduamente durante os outros dias, não necessariamente os seis dias (nem que seja à procura de trabalho). O descanso segue, naturalmente, a ordem de trabalho extenuante (Ex 34:21; Lv 23:3; Dt 5:13-14). O descanso pressupõe uma obra completa, realizada conforme nossos recursos, inclusive considerando o tempo disponível (Gn 2:2; Dt 5:13).

### 4. O TRABALHO COMO ALGO ESSENCIAL AO HOMEM

---

#### 4.1 O COMPARTILHAR DE DEUS

---

Mesmo não abrindo mão de Sua soberania, Deus compartilha Seu poder com Suas criaturas. Nosso domínio está sob



o domínio de Deus. Nosso domínio concedido é sobre as obras, todas elas de Deus. A criação é produto da vontade poderosa de Deus; foi Ele quem a estabeleceu. Somente o Deus que é o proprietário de tudo pode legitimamente delegar poderes.

A Criação não é produto do acaso ou de uma enorme coincidência de mistura de gases; antes, foi produzida pelas mãos de Deus. Deus pôde contemplar a Sua Criação e se deleitar nas obras de Suas mãos. No Salmo 8, o salmista também contempla extasiado a Criação: “Quando contemplo os teus céus, obra (hf,[]m) (*ma`aseh*) dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste [...]. Deste-lhe domínio sobre as obras (hf,[]m) (*ma`aseh*) da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste” (Sl 8:3,6). Em outro lugar: “Em tempos remotos, lançaste os fundamentos da terra; e os céus são obra (hf,[]m) (*ma`aseh*) das tuas mãos” (Sl 102:25).

O profeta reconhece que somos produto da vontade de Deus (Is 64:8). As obras de Deus são admiráveis, revelando aspectos de Sua maravilhosa grandeza (Sl 139:14). O contemplar das obras de Deus nos proporciona um deleite espiritual e uma adoração sincera (Sl 92:4-5, 111:2).

Na contemplação meditativa da Criação, podemos perceber aspectos da bondade de Deus que nos aliviam em nossas dores e limitações, concedendo-nos a visão da harmoniosa variedade e beleza daquilo que criou. Nessa visão, somos conduzidos a nos admirar e a glorificar a Deus por Sua manifestação de sabedoria, bondade e graça para conosco. O salmista demonstra isso (Sl 104:24, 145:9,17).

Surpreendentemente, desde a Criação, o homem foi colocado em uma posição acima das outras criaturas, cabendo-lhe o domínio sobre os outros seres criados, sendo abençoado por Deus com a capacidade de procriar-se (Gn 1:22).

Como indicativo da posição elevada em que o homem foi colocado, o Criador compartilha com ele – abençoando e capacitando-o – o poder de nomear os animais – envolvendo, nesse processo, inteligência e não arbitrariedade<sup>1</sup> – e, também, de dar nome à sua mulher (Gn 2:19, 20, 23, 3:20).

E mais: Deus delega-lhes poderes para *cultivar* (db;[']) (*abad*) (lavar, servir, trabalhar o solo) e *guardar* (rm;v')

---

<sup>1</sup> É muito interessante a abordagem desse exercício de Adão analisado pelo campo da semiótica. Ver Eco (2002, p. 25 et seq.).

(*shamār*) (proteger, vigiar, manter as coisas)<sup>2</sup> o jardim do Éden (Gn 2:15/Gn 2:5, 3:23), demonstrando a sua relação de domínio, não de exploração e destruição, antes, um cuidado consciente, responsável e preservador da natureza (Sl 8:6-8).

Todavia, todas essas atividades envolvem o trabalho compartilhado por Deus com o ser humano. Nomear, procriar, dominar, guardar e cultivar refletem a graça providente e capacitante de Deus. É nesse particular – domínio – que o homem foi bastante aproximado de Deus pelo poder que lhe foi outorgado.

Ao homem, foi conferido o poder de ir além da matéria; foi-lhe concedido o privilégio de estabelecer conexões e visualizar o invisível; o privilégio de ser responsável por pensar, analisar, escolher livremente o seu caminho de vida, verbalizar os seus pensamentos e emoções, podendo, assim, dialogar com o seu próximo (Gn 3:6) e com Deus (Gn 3:9-13), sendo entendido por Ele e entendendo a Sua vontade.

O pensamento e o conhecimento do homem, apesar de serem extraídos de seu cérebro, são todavia em sua essência uma atividade inteiramente espiritual, pois transcendem aquilo que ele pode ver e tocar (BAVINCK, 2001, p. 18).

Quando usamos adequadamente os recursos que Deus nos confiou para dominar a terra, estamos cumprindo o propósito da criação, glorificando-o. É necessário, portanto, que glorifiquemos a Deus em nosso trabalho pela forma legítima como o executamos. Devemos estar atentos ao fato de que o nosso domínio está sob o domínio de Deus. A Criação pertence a Deus por direito; a nós, por delegação de Deus (Sl 24:1, 50:10-11, 115:16). Ele mesmo compartilhou conosco esse poder, contudo não abriu mão dele. Teremos de Lhe prestar contas.

Por isso, ainda que o nosso domínio seja demonstrado, especialmente pelo avanço da ciência, surgem novos desafios. Temos a plenitude desse domínio em Cristo Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

Algo admirável no Salmo 8 é que o salmista, em seu hino, começa com Deus, glorificando o nome de Jeová (*hwby*),

---

<sup>2</sup> Ver Gn 3:24, 30:31; 2 Sm 15:16; Sl 12:7; Is 21:11-12.

e conclui tornando a Ele, testemunhando com júbilo a magnificência de Seu nome em toda a terra: “Ó SENHOR, Senhor nosso, quão magnífico em toda a terra é o teu nome! Pois expuseste nos céus a tua majestade. [...]”<sup>9</sup> “Ó SENHOR, Senhor nosso, quão magnífico em toda a terra é o teu nome!” (Sl 8:1,9). A Criação revela majestosamente o nome de Deus. No homem, de modo especial, tal majestade é vista de forma ainda mais eloquente.

## 4.2 DEFINIÇÃO DE TRABALHO

Trabalho pode ser definido como o esforço físico ou intelectual, com vistas a determinado fim. O verbo “trabalhar” é proveniente do latim vulgar *tripaliar*: torturar com o *tripallium*, derivado de *tripalis* cujo nome é proveniente da sua própria constituição gramatical: *tres & palus* (pau, madeira, lenho, estaca), que significava o instrumento de tortura de três paus e que também servia para “ferrar os animais rebeldes”. O *tripallium* também era um instrumento de três paus aguçados que, algumas vezes munidos de pontas de ferro, eram utilizados pelos agricultores para bater o trigo, as espigas de milho e o linho para rasgá-los e esfiapá-los. A ideia de tortura evoluiu, tomando o sentido de “esforçar-se”, “laborar”, “obrar”. Le Goff (2002, p. 560) nos chama a atenção para uma conexão interessante: a condenação de Adão – que, após a Queda, obteria o alimento em “fadigas” – e Eva – que daria à luz “em meio de dores”. De acordo com Le Goff e Truong (2006, p. 66): “A origem etimológica da palavra ‘trabalho’ aparece com um sentido particular na locução ‘sala de trabalho’, designando ainda hoje a sala de parto em uma maternidade”.

Etimologia à parte, devemos observar que o trabalho apresenta as seguintes características (Cf. SCHRECKER, 1948, p. 12-18).

- Envolve o uso de energia – “força em ação” – destinada a vencer a resistência oferecida pelo objeto que se quer transformar – intencionalidade.
- O trabalho se propõe sempre a uma transformação, ainda que pequena.
- Todo trabalho está ligado a uma necessidade pessoal e social.

- Todo trabalho traz como pressuposto fundamental o conceito de que o objeto, sobre o qual se trabalha, é, de algum modo, aperfeiçoável, mediante o emprego de determinada energia, contribuindo para o progresso sociedade-esforço-perseverança.

---

## 4.3 O HOMEM E O TRABALHO

### 4.3.1 ALGUMAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E FILOSÓFICAS

---

Precisamos ter cautela para não incorrerem no equívoco generalizante de tomar um pensamento aqui e outro ali, e presumir termos à amostragem característica do pensamento grego. Nem sempre, por exemplo, os pensamentos de Sócrates, Platão e Aristóteles representam o modo habitual de os gregos verem a realidade.

Tomando o cuidado necessário, podemos observar que, no ideal grego de reflexão e serenidade, não há espaço para pensar em “trabalho braçal”. Daí a visão grega do trabalho ser extremamente negativa, sendo considerada algo inferior. Assim, é fácil compreender a justificativa da escravidão. Como a vida contemplativa é a mais valiosa, assemelhando-nos aos deuses (cf. ARISTÓTELES, 1973, X.7-8), os homens livres poderiam se aproximar desse modelo de contemplação divina (cf. PENNING, 2012, p. 367).

Mesmo Hesíodo (1996, verso 310) reconhecendo que “o trabalho não é vergonha alguma, mas a preguiça é!”, na descrição que faz da *Idade de Ouro*<sup>3</sup>, os deuses viviam sob o domínio de Cronos em perfeita paz, sem preocupações, alegrando-se nas festas, usufruindo dos bens produzidos

---

<sup>3</sup> Em Hesíodo (1996), encontramos o exemplo característico da interpretação linear da História, que apresenta um processo finito e pessimista. Ele entendia que a História se move partindo da Idade do Ouro, passando pela da prata e de bronze até chegar, finalmente, à de ferro (cf. PIPER, 1956, p. 18).

espontânea e generosamente pela terra; ou seja: na ociosidade celestial e terrena<sup>4</sup>.

No mundo romano, apesar de todo o seu empreendimento, filósofos como Cícero (106-43 a.C.) e Sêneca (c. 4 a.C.-65 d.C.) e o historiador Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C) exaltavam o ócio em detrimento do trabalho, olhando com desprezo o trabalho do artesão.

Na perspectiva judaica, o trabalho manual era altamente estimado, sendo profundamente respeitados aqueles que o praticavam, visto ser considerado esse talento como uma dádiva de Deus. Aliás, Deus é apresentado no primeiro verso de Gênesis como trabalhando, criando todas as coisas (Gn 1:1), e, nas páginas do Antigo Testamento, com frequência, somos desafiados a contemplar a criação de Deus e maravilhar-nos (Jó 37:14-15; Sl 8:3,6, 19:1-6, 28:5, 86:8, 92:4-5, 104:24, 111:2, 139:14, 145:9,17 etc.).

O trabalho não está associado ao pecado; antes, faz parte do propósito primevo de Deus para o homem e revela a sabedoria divina (Gn 1:28, 2:15; Ex 20:9; Sl 104:23; Is 28:23-29). Os rabinos, como exemplo dessa perspectiva, além do estudo metódico da Lei, aplicavam-se ao trabalho manual para suprir as suas necessidades (ver Mc 6:3; At 18:3). Edersheim (apud STOTT, 2013, p. 134) comenta:

Entre os judeus o desprezo pelo trabalho braçal, uma das características dolorosas do paganismo, não existia. Pelo contrário, era considerado obrigação religiosa, com frequência e muita seriedade insistia-se na necessidade de se aprender algum ofício, desde que ele não levasse a extravagâncias nem propiciasse um desvio da observância pessoal da lei.

No entanto, com o passar dos anos, foi criada uma dicotomia entre o sagrado e o profano. No *Talmude*<sup>5</sup>, há uma oração (século I) feita pela perspectiva do escriba, que diz o seguinte:

<sup>4</sup> Ver Hesíodo (1996, versos 115-120). Para uma análise desse conceito, ver Forrester (1951, p. 121-126).

<sup>5</sup> *Talmude*, cujo nome significa “instrução”, consiste em uma coleção de leis rabínicas com seus comentários interpretativos a respeito das leis de Moisés, compilada entre os anos 100 e 500 da Era Cristã.

Eu te agradeço, Senhor, meu Deus, porque me deste parte junto daqueles que se assentam na sinagoga, e não junto daqueles que se assentam pelas esquinas das ruas; pois eu me levanto cedo, eles também se levantam cedo; eu me levanto cedo para as palavras da Lei, e eles, para as coisas fúteis. Eu me esforço, eles se esforçam: eu me esforço e recebo a recompensa, eles se esforçam e não recebem recompensa. Eu corro e eles correm: eu corro para a vida do mundo futuro, e eles, para a fossa da perdição (apud JEREMIAS, 1980, p. 144)<sup>6</sup>.

No Novo Testamento, encontramos uma perspectiva semelhante à do Antigo Testamento, sendo o trabalho visto com naturalidade nas parábolas de Jesus (Mt 20:1,2,8, 21:28, 25:16; Mc 13:34), evidenciando ser o trabalho algo comum em nossa vida cotidiana (Jo 6:27, 9:4), inclusive instando com os seus discípulos no sentido de orar ao Pai, senhor da seara, por mais trabalhadores (Mt 9:37-38).

Em duas declarações lapidares de Jesus, vemos a sua perspectiva teológica: “Meu Pai trabalha até agora, e eu trabalho também” (Jo 5:17) e “as obras que o Pai me confiou para que eu as realizasse, essas que eu faço testemunham a meu respeito de que o Pai me enviou” (Jo 5:36).

Há, também, outro grupo de palavras que realçam a visão cristã a respeito do serviço. O termo “diácono” e suas variantes provêm do grego *diakonoj*, *diakonila* e *diakone/w*, palavras que significam, respectivamente, “servo”, “serviço” e “servir”.

Essas palavras apresentam três sentidos especiais, com uma pesada conotação depreciativa: 1. servir à mesa; 2. cuidar da subsistência; 3. servir, no sentido de “servir ao amo”.

Para os gregos, servir era algo indigno. Os sofistas chegavam a afirmar que o homem reto só deve servir aos seus próprios desejos, com coragem e prudência.

Partindo da compreensão grega de que nascemos para comandar, não para servir, Platão (427-347 a.C.) e Demóstenes (384-322 a.C.), um pouco mais moderados, admitiam que o serviço (*diakonila*) só tinha algum valor quando prestado ao Estado. Portanto, “a ideia de que existimos para servir a outrem não cabe, em absoluto, na mente grega” (BEYER, 1965, p. 275).

---

<sup>6</sup> Quanto às profissões consideradas suspeitas pelo alto grau de perigo de ingressar em práticas pecaminosas, ver Jeremias (1983, p. 403 et seq.).

Jesus Cristo deu uma grande lição aos seus ouvintes ao verbalizar a sua missão. Ele apresenta um contraste evidente com o conceito grego e, ao mesmo tempo, eleva de forma magnífica o pensamento judeu: “O Filho do homem, que não veio para ser *servido* (*diakone/w*), mas para *servir* (*diakone/w*) [...]” (Mt 20:28).

Terminada a série de tentações satânicas desferidas contra o Senhor Jesus, registra Mateus: “e eis que vieram anjos e o *serviram* (*diakone/w*)” (Mt 4:11; Hb 1:14).

Paulo demonstra que “O *ministério* (*diakoni/a*) do Espírito” (2 Co 3:8) que opera de forma eficaz por meio do Evangelho é glorioso. Ele se declara diácono do Evangelho (Cl 1:23), bem como diácono da Igreja (Cl 1:24-25). É, assim como Apolo, instrumento de Deus para que os homens creiam no Evangelho: “Quem é Apolo? E quem é Paulo? *Servos* (*dialkonoj*) por meio de quem crestes, e isto conforme o Senhor concedeu a cada um” (1 Co 3:5).

Vemos, portanto, como o conceito de trabalho demonstrado por Jesus Cristo e pelos apóstolos está longe de ser irrelevante ou humilhante; antes, tem uma nova conotação que ultrapassa bastante a visão predominante.

O apóstolo Paulo trabalhava como fazedor de tendas (At 18:3), não sendo o seu trabalho fácil, quer nessa, quer em outra atividade (1 Co 4:12). Mesmo se valendo de uma figura comum, declarando que o trabalhador é digno de seu salário (Rm 4:4), lutava para não ser pesado a ninguém, ainda que isso não fosse ilegítimo como pregador da Palavra (1 Tm 5:17-18; Mt 10:10).

À igreja de Tessalônica, onde, ao que parece, alguns por motivos pretensamente escatológicos eram inclinados a abandonar o trabalho, Paulo insiste em lembrar a esses “piedosos preguiçosos” o seu testemunho e ratificar seus ensinamentos (2 Ts 3:8-13; 1 Ts 2:9, 4:11). O cristão, justamente por ser cristão, deve ser um trabalhador exemplar. É curioso que Paulo sempre desafiava os crentes que conviveram com ele a considerar o seu testemunho, o seu passado em sua companhia. Considerando que ele tinha Cristo como modelo supremo, procurava, de forma coerente, tornar-se o modelo daquilo que ele mesmo ensinava (2 Ts 3:9; 1 Co 10:6; Fp 3:17). Sustentava que isso era uma característica indispensável aos mestres (1 Tm 4:12; Tt 2:7). Do mesmo modo, entendia Pedro (1 Pe 5:3).

Certamente como reflexo desses ensinamentos, encontramos no segundo século o *Didaquê* (C. 120 A.D.), capítulo XII<sup>7</sup>, instruindo:

1. Acolha todo aquele que vier em nome do Senhor. Depois, examine para conhecê-lo, pois você tem discernimento para distinguir a esquerda da direita.
2. Se o hóspede estiver de passagem, dê-lhe ajuda no que puder. Entretanto, ele não deve permanecer com você mais que dois ou três dias, se necessário.
3. Se quiser se estabelecer e tiver uma profissão, então que trabalhe para se sustentar.
4. Porém, se ele não tiver profissão, proceda de acordo com a prudência, para que um cristão não viva ociosamente em seu meio.
5. Se ele não aceitar isso, trata-se de um comerciante de Cristo. Tenha cuidado com essa gente<sup>8</sup>!

Retornando ao Novo Testamento, vemos Paulo instruindo aquele que furtava, em seu antigo modo de vida, e que, agora, convertido ao Senhor, em novidade de vida, deve sustentar-se com o fruto de seu trabalho, tendo também uma preocupação social: “Aquele que furtava não fure mais; antes, *trabalhe* (*kopia/w*), fazendo com as próprias mãos<sup>9</sup> o que é bom, para que tenha com que acudir ao necessitado” (Ef 4:28; At 20:34, 28:10; Rm 12.13; Fp 4:16). É curioso e emblemático que Paulo use nesse texto (Ef 4:28) o verbo *kopia/w*, ordenando ao convertido que trabalhe árdua, intensa e exaustivamente para se manter e ainda ter como suprir as necessidades eventuais de seus irmãos. Vejo aqui um princípio pedagógico. É como se ele dissesse: “aprenda na prática como é difícil obter licitamente o sustento; faça isso com perseverança”. Ainda mais: “você, que subtraiu de outros no passado o produto de seu trabalho, esforce-se agora por ajudar os que necessitam”.

---

<sup>7</sup> Documento anônimo amplamente aceito. Por sua pretensão de ter sido redigido pelos apóstolos, dá-se o seu nome completo: *Didaquê: ensino do senhor através dos doze apóstolos*.

<sup>8</sup> Texto completo disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/credos/didaque.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

<sup>9</sup> Literalmente: “trabalhe arduamente com as próprias mãos”.



Paulo dá uma dimensão teológica ao trabalho, mostrando que todo e qualquer trabalho deve ser feito para a glória do Senhor (Cl 3:23). Timóteo deveria se esforçar por se apresentar a Deus como obreiro aprovado que manejava bem a Palavra da verdade (2 Tm 2:15).

Contrastando a isso e, ao mesmo tempo, refletindo aspectos da compreensão de seu tempo, no século XIII, o poeta francês Rutebeuf (C. 1245-1285), formado na Universidade de Paris, proclama com orgulho: “Não sou trabalhador manual” (apud LE GOFF, 2002, p. 570). Na Idade Média – entre duas tradições antagônicas: a greco-romana, que desprestigia o trabalho, e a cristã, que o valoriza –, há, de certa forma, um retorno à ideia grega, considerando o trabalho –, no sentido manual, (*banausí/a*), “arte mecânica”, como sendo algo degradante para o ser humano, e inferior à (*sxolhí*), ao ócio, ao descanso, ao repouso, à vida contemplativa e ociosa (*sxola/zw*), por um lado, e à atividade militar, por outro.

Na visão de São Tomás de Aquino (1225-1274), o trabalho era, no máximo, considerado “eticamente neutro” (WEBER, 1967, p. 52 et seq.). Contudo, perpetuou a sua preferência para com a vida contemplativa (cf. RYKEN, 1995, p. 75; LE GOFF, 2002, p. 570). Segundo a Igreja romana,

[...] a finalidade do trabalho não é enriquecer, mas conservar-se na condição em que cada um nasceu, até que desta vida mortal, passe à vida eterna. A renúncia do monge é o ideal a que toda a sociedade deve aspirar. Procurar riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial (PIRENNE, 1982, p. 19).

Ainda na Idade Média, especialmente a partir do século XI, a posição ocupada pelo trabalho era regida pela divisão gradativa de importância social: oradores (*oratores*) (eclesiásticos), defensores (*bellatores*) (guerreiros) e trabalhadores (*laboratores*) (agricultores, camponeses) (cf. LE GOFF, 2002, p. 568-569; MORA, 2001, p. 2901; LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 66-67). Dessa forma, os eclesiásticos, em seu ócio e suas abstrações “teológicas”, tinham prioridade, ocupando um lugar proeminente.

Desse modo, a ordem social estava tão bem estabelecida – supostamente amparada no modelo da sociedade celestial

com seus arcanjos e anjos –, que, se, por um lado, tentar ascender socialmente seria um sinal de orgulho, por outro, decair socialmente era um pecado vergonhoso. Portanto, “o dever do homem medieval era permanecer onde Deus o tinha colocado” (LE GOFF, 1989b, p. 29)<sup>10</sup>.

O trabalho manual era imposto ao monge apenas como castigo e penitência. Mesmo para designar o trabalho, como acentuam Le Goff e Truong (2006), há duas palavras distintivas: *Opus* e *Labor*. *Opus* “é o trabalho criador, o vocábulo do Gênesis que define o trabalho divino, o ato de criar o mundo e o homem à sua imagem. Desse termo derivará *operari* (criar uma obra) *operarius* (aquele que cria)” (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 65-66). *Labor*, por sua vez, refere-se ao trabalho laborioso, “está do lado do erro e da penitência” (cf. LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 65).

Biéler (1999, p. 118) comenta:

O trabalho, especialmente o trabalho criador de bens e riqueza, o trabalho manual, se não decaía mais até o nível do trabalho servil da Antiguidade, foi, todavia, considerado como uma necessidade temporal desprezível com relação aos exercícios da piedade. E aqueles que se dedicavam às atividades econômicas e financeiras, os negociantes e banqueiros, eram particularmente desconsiderados<sup>11</sup>.

No próprio currículo das universidades medievais, era explícita a visão desprivilegiada do trabalho:

[...] as disciplinas “mecânicas” ou “lucrativas”, vítimas do duplo preconceito dos antigos contra o trabalho manual e do cristianismo contra o dinheiro e a matéria, eram banidas da escola,

---

<sup>10</sup> Ver também Tawney (1971, p. 72). Walzer (2008, p. 21) escreveu: “Cria-se que esta hierarquia social não só se refletia no corpo humano, como também no cosmos, no universo de Deus: assim como a cabeça governa o corpo – argumentavam os escritores medievais –, Deus governa o mundo, e o rei governa a organização política; assim como os anjos estão abaixo de Deus em nove gamas e ordens, as partes nobres do corpo político estão abaixo do rei, e os sacerdotes do corpo de Cristo, abaixo de Cristo. A desigualdade, portanto, defendia os padrões estabelecidos de obediência e deferência que faziam a atividade política independente tão difícil na prática como inconcebível na teoria”.

<sup>11</sup> Ver também Le Goff (1991, passim).

deixadas para os leigos pecadores e “iletrados” (*illiteratus* quer dizer aquele que ignora o latim, que não estudou as artes liberais) (VERGER, 2002, p. 574).

### 4.3.2 TRABALHO COMO VOCAÇÃO

A Reforma resgatou o conceito cristão de trabalho, fazendo uma crítica fundamental à concepção monástica medieval, eliminando, por exemplo, a distinção entre a *vida activa*, representada por Marta, e a *vida contemplativa*, representada por Maria (Lc 10:38-42), sendo esse o modelo do caminho monástico (cf. KÖRTNER, 2008, p. 252).

Biéler (1990, p. 538-539) resume:

Calvino, fundamentando-se nas Escrituras, é um dos raros teólogos a pôr em evidência, com tanta clareza, a participação do trabalho do homem na obra de Deus. Dessarte, conferiu ele ao labor humano dignidade e valor espirituais que jamais teve na Escolástica, nem, por mais forte razão, na antiguidade. Este fato irá ter grandes repercussões no desenvolvimento econômico das sociedades calvinistas.

Na ética do trabalho, Lutero (1483-1546) e Calvino (1509-1564) estavam acordes quanto à responsabilidade do homem de cumprir a sua vocação por meio do trabalho. Não há lugar para ociosidade. Calvino comenta:

Visto que Deus ordenara ao homem que se exercitasse no cultivo do solo, em sua pessoa condenou todo repouso indolente. Daí nada ser mais contrário à ordem da natureza do que a vida ser consumida em comer, beber e dormir, enquanto no ínterim nada nos propomos a fazer (CALVIN, 1996b, p. 125).

Com isso, não se quer dizer que o homem deva ser um ativista, mas que o trabalho é uma “bênção de Deus”. Lutero teve uma influência decisiva quando traduziu para o alemão o Novo Testamento (1522), empregando a palavra “Beruf” para designar trabalho, em lugar de *Arbeit* (palavra derivada do latim *arvus*, terreno arável). *Beruf* – com toda a dificuldade de

encontrar um equivalente em nossa língua – acentua mais o aspecto da vocação que o do trabalho propriamente dito. As traduções posteriores, inglesas e francesas, tenderam a seguir o exemplo de Lutero. A ideia que se fortaleceu é a de que o trabalho é uma vocação divina (cf. WEBER, 1967, p. 52 e notas correspondentes; BIÉLER, 1990, p. 628; HOLANDA, 1989, p. 114; PEYREFITTE, 1999, p. 344 et seq.).

Calvino (2000, p. 77) afirma com firmeza:

Se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus.

Em outro lugar, combatendo a interpretação clerical medieval que estimulava a ociosidade e especulações inúteis, diz:

É um erro que aqueles que fogem dos afazeres do mundo e engajem-se em contemplação estão vivendo uma vida angelical. [...] Sabemos que os homens foram criados para ocuparem-se com o trabalho e que nenhum sacrifício é mais agradável a Deus do que quando cada um atende ao seu chamado e procura viver completamente em prol do bem comum (CALVIN, 1981b, p. 142-143).

O amor ao próximo faz que o nosso honesto trabalho não se limite a apenas satisfazer as nossas necessidades, mas também a ajudar os nossos irmãos:

O amor nos leva a fazer muito mais. Ninguém pode viver exclusivamente para si mesmo e negligenciar o próximo. Todos nós temos de devotar-nos à ação de suprir as necessidades do próximo (CALVINO, 1998a, p. 146).

Calvino entende que “a indolência e a inatividade são amaldiçoadas por Deus” (CALVIN, 1996c, p. 355). Em outro lugar:

Moisés acrescenta agora que a terra foi outorgada ao homem com esta condição: que se ocupasse em cultivá-la, de onde se segue que foram os homens criados para empregar-se em fazer alguma coisa e não para estarem ociosos e indolentes. Verdade

é que esse labor era bem alegre e agradável, longe de todo aborrecimento e cansaço; todavia, quando Deus quis que o homem se afizesse a cultivar a terra, na pessoa dele condenou todo repouso indolente (CALVIN, 1996b, p. 125).

Todavia, a graça de Deus atenua a severidade de punição, anexando ao labor humano uma dose de satisfação que deveria caracterizar primariamente o trabalho (CALVIN, 1996b, p. 174). Além disso, o trabalho está relacionado ao progresso de toda a raça humana, logo a um crescimento sustentável:

Há modos diferentes de se trabalhar. Para quem ajuda a sociedade dos homens pela indústria, ou regendo sua família, ou na administração pública ou em negócios privados, ou aconselhando, ou ensinando ou de qualquer outra maneira, não será considerado entre os inativos. Paulo censura aqueles zangões preguiçosos que querem viver pelo suor dos outros, não contribuindo assim com nenhum serviço em comum para ajudar a raça humana (CALVIN, 1996c, p. 355).

O ganho ilícito, por meio do qual o patrimônio de nosso próximo é dilapidado, é, na realidade – independentemente do nome que se dê, já que o ser humano é pródigo em adjetivar a maldade com termos nobres –, não um sinal de inteligência, mas de iniquidade: é, portanto, uma forma de furto (cf. CALVIN, 1981a, p. 219-228; 1996d, p. 110-111). Mais tarde, o teólogo genebrino Francis Turretini (1623-1687), interpretando o pensamento de Calvino, diria que receber salário por um trabalho malfeito é uma forma de roubo (TURRETINI, 2011, p. 161-162). Portanto, retornando ao próprio Calvino (1998b, p. 149), “não se deve fazer um uso pervertido dos labores que outras pessoas empreendem em seu próprio benefício”.

Ainda que o dinheiro emprestado a juros seja permitido<sup>12</sup> – prática tão comum na Europa muitos séculos antes de

---

<sup>12</sup> “O lucro que obtém alguém que empresta seu dinheiro no interesse lícito, sem fazer injúria a quem quer que seja, não está incluído sob o epíteto de usura ilícita. [...] Em suma, uma vez que tenhamos gravada em nossos corações a regra de equidade que Cristo prescreve em Mateus: ‘Portanto, tudo quanto quereis que os homens vos façam, fazei-lhes também o mesmo’ (7.12), não será necessário entrar em longa controvérsia em torno da usura” (CALVINO, 1999, p. 299). Calvino fazia uma distinção importante entre o

Calvino<sup>13</sup> –, o trabalho honesto, fruto do nosso labor, deve ser a fonte de recursos para a manutenção de nossa família. Não devemos nos aproveitar das necessidades alheias, vivendo simplesmente de transações financeiras. Um princípio justo é que, em todas as negociações, haja benefícios para ambas as partes.

.....  
“empréstimo de consumo ou de assistência” e o “empréstimo de produção ou de aplicação”. Aquele visava socorrer aos necessitados, sendo improdutivo para o devedor, este, o devedor, com o seu trabalho, poderia adquirir uma ampliação desses recursos. Os juros, nesse caso, seriam legítimos (ver, por exemplo, CALVIN, 1996a, p. 225-228). Inspirado em Calvino, argumenta Turretini (2011, p. 165): “É justo que aquele que recebe benefício do dinheiro de outro o faça também participante dele, de cujo auxílio ele ganha este benefício, como uma compensação devida” (ver também BIÉLER, 1990, p. 588; WALLACE, 2003, p. 79-80). Em 1580, Beza, juntamente com outros pastores, opõe-se veementemente à criação de um banco em Genebra, entendendo que as riquezas trazem consigo implicações indesejáveis, como luxo, frivolidades, amor ao prazer etc., todas incompatíveis com Genebra, que deseja preservar a já conhecida moderação dos costumes (ver BIÉLER, 1970, p. 65-67; 1990, p. 239-240, 663 (nota 1636); 1999, especialmente p. 132-134; TAWNEY, 1971, p. 124). Sobre as lutas de Genebra lideradas por Beza, quanto à prática de juros extorsivos, trapaça nos negócios (tecelão que vende o tecido com uma polegada mais estreita) e preços exorbitantes (alfaiates e dentistas que cobram preços muito elevados pelos seus serviços), ver Choisy (1902, especialmente p. 436 et seq.). Ainda que Choisy tenha muitas informações importantes, sendo elogiado por Tawney, que confessa sua dívida para com ele (TAWNEY, 1971, p. 122), Biéler (1990, p. 185), com razão, faz críticas recorrentes a algumas de suas interpretações.

<sup>13</sup> A Igreja Católica sempre condenou o lucro, ainda que a sua prática não se harmonizasse com a sua teoria, sendo extremamente rica. “O empréstimo a juros [...] sempre foi proibido ao clero; a Igreja conseguiu, a partir do século IX, que se tornasse proibida também aos leigos, e reservou o castigo desse delito à jurisdição de seus tribunais. [...] É evidente que a teoria dista muito da prática: os próprios mosteiros, amiúde, infringiram os preceitos da Igreja. Não obstante, esta impregnou tão profundamente o mundo com seu espírito, que serão necessários vários séculos para que se admitam as novas práticas que o renascimento econômico do futuro exigirá, e para que se aceitem, sem reservas mentais, a legitimidade dos lucros comerciais, da valorização do capital e dos empréstimos com juros” (PIRENNE, 1982, p. 19-20).

Curiosamente, os maiores defensores dos mercadores – associados no imaginário eclesiástico à usura (cf. LE GOFF, 1989a, p. 17 et seq.; 1991, p. 73 et seq.) – foram as Ordens Mendicantes (franciscanos e dominicanos), constituindo-se, no século XIII, “nos instrumentos de justificação ideológica e religiosa do mercador” (LE GOFF, 1991, p. 98). Notemos que os membros dessas Ordens – tão defensoras dos interesses papais –, em geral, eram provenientes de famílias abastadas, muitos, de famílias de mercadores (cf. LE GOFF, 1991, p. 98).

Para a questão da prática dos juros na Idade Média, especialmente estimulada entre os judeus, ver Muller (2011), Attali (2005), Le Goff (1989) e Poliakov (1979, especialmente p. 61 et seq.). Para uma história mais panorâmica, incluindo as relações da Igreja com os usuários e as suas incoerências, bem como a situação e os valores dos mercadores

Buscando alguns aspectos dos fundamentos bíblicos da questão, observamos que, no Salmo 15, o salmista faz uma pergunta sobre habitar na Casa do Senhor e, antes mesmo que possamos tentar esboçar uma resposta, ele apresenta uma série de requisitos. Aliás, deve ser dito que a pergunta não se dirige a nós, mas a Deus. A resposta mais completa já fora dada pelo Senhor na Sua Lei (cf. VAN DEURSEN, 1996, p. 173). Portanto, a resposta é uma forma de destacar aspectos da Lei, a fim de estes serem atualizados em nossas mentes e nossos corações<sup>14</sup>.

Inclino-me a pensar que esse Salmo, mais que algo apenas litúrgico, um preparativo para entrar no Santuário<sup>15</sup>, descreve um solilóquio no qual o salmista, alegre e ao mesmo tempo compenetrado, indaga a respeito dessa habitação, ou seja, dessa comunhão com Deus, e, à luz da própria Lei de Deus, apresenta a resposta.

Os princípios éticos aqui prescritos positiva e negativamente – longe de serem completos ou meritórios – são atinentes àqueles que já foram regenerados, integrando à família da fé. Portanto, aqui não se está tratando da doutrina da justificação, um suposto caminho meritório para a salvação. Nesse Salmo, temos uma descrição de nossa impossibilidade e, ao mesmo tempo, de nossa responsabilidade como filhos da Aliança. Por isso, as instruções, em vez de serem apenas ritualísticas, demandam um exame de consciência.

O primeiro fato que nos chama a atenção é que num cântico destinado ao culto não se faz nenhuma menção de coisas cúlticas, como sacrifícios, ofertas, ritos de purificação, mas só de exigências morais. Toda a ênfase recai nesses requisitos. É da

---

envolvendo a sua religião e seus fantasmas – como escreve Le Goff (1989, p. 15): “Eis o grande combate do usurário entre a riqueza e o Paraíso, o dinheiro e o Inferno” –, ver Biéler (1990, p. 237 et seq.), Weatherford (2000, passim), Le Goff (1989, passim; 1980, p. 43-73; 1991), Wolff (1988), Gurevic (1989, p. 165-189), Pirenne (1982), Duby (1987-1988), Monnet (2002, p. 183-196) e Tawney (1971, p. 31-77). Quanto à acusação apaixonada de Pascal contra a Igreja Católica, especialmente na França, de praticar a usura valendo-se de subterfúgios, ver Pascal (1948, especialmente a carta 8, p. 589 et seq.). Para uma visão da concepção e prática em Portugal, ver Magalhães (1967, passim).

<sup>14</sup> Para um paralelismo entre o Decálogo e o Salmo 15, ver Craigie (2004, p. 150-151).

<sup>15</sup> Aliás, inclino-me a considerar uma mera especulação associação feita com frequência desse Salmo com as indagações do adorador ao sacerdote antes de adentrar o lugar sagrado (ver, por exemplo, CRAIGIE, 2004, p. 150; BOICE, 1994, p. 368-369).

essência do culto da aliança que a “obediência” é mais importante que os sacrifícios (WEISER, 1994, p. 118)<sup>16</sup>.

Especificando as exigências divinas, escreve o salmista: “O que não empresta o seu dinheiro com *usura (neshek)* (= interesse, morder<sup>17</sup>, mastigar<sup>18</sup>) [...]” (Sl 15:5).

Aqui, o que se tem em vista, ao que parece, é a cobrança extorsiva sobre o bem emprestado. Na visão bíblica, o empréstimo não fazia parte simplesmente da esfera financeira, mas, em um princípio teológico, tinha uma perspectiva social: aliviar a pobreza.

Os que afirmam estar em uma relação de pacto com Deus têm a obrigação moral de evitar práticas exploratórias, refletindo a compaixão divina, mostrando bondade para com os companheiros menos afortunados e protegendo o direito do pobre quanto às necessidades básicas da vida (WAKELY, 2011, p. 178).

O princípio estabelecido na Lei não obrigava o cidadão a emprestar seu dinheiro, contudo, ao emprestar, havia condições básicas contra a usura, inclusive no que dizia respeito à prática permitida do penhor: “Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como *credor (hv'n)* (*nāshāh*) que impõe *juros (neshek)*” (Ex 22:25; Lv 25:36-37; Dt 24:6,10-13).

O princípio não se restringia ao dinheiro: “A teu irmão não emprestarás com *juros (neshek)*, seja dinheiro, seja comida ou qualquer coisa que é costume se emprestar com *juros (neshek)*” (Dt 23:19).

Ao estrangeiro, poderia ser emprestado com juros (Dt 23:20). Se considerarmos que esse preceito visa apenas equilibrar as relações comerciais, fica mais fácil entendê-lo. O estrangeiro cobrava juros naturalmente. Dessa forma, para que

---

<sup>16</sup> Uma hipótese comum, obviamente não conclusiva, é a de que esse Salmo teria sido escrito por Davi quando trouxe com alegria a Arca da Aliança para Jerusalém (2 Sm 6:12 et seq.; 1 Cr 15:25-16:6) (ver, entre outros, HENGSTENBERG; THOMSON, 2010, p. 149; PLUMER, 1975, p. 199; KEIL; DELITZSCH, 1871, p. 210-211; BEÍSNER, 1994, p. 143-144; HARMAN, 2011, p. 107).

<sup>17</sup> Gn 49:17; Nm 21.6,8,9; Pv 23.32; Ec 10.8,11; Jr 8.17; Am 5.19; 9.13.

<sup>18</sup> Mq 3:5.



houvesse um equilíbrio econômico, era permitido ao judeu cobrar juros de tais pessoas<sup>19</sup>.

Não devemos nos esquecer de que a prática de juros era comum na Antiguidade, sendo altíssimos os juros praticados, chegando a 50% ao ano<sup>20</sup>. À luz do Antigo Testamento, os juros cobrados aos estrangeiros certamente não seriam extorsivos, visto que isso quebraria os próprios princípios da Lei. Além disso, os *credores* não deveriam cobrar juros adicionais no pagamento da dívida, o que inviabilizaria a sua quitação (cf. SPEISER, 1967, p. 131-135, 140-141; HARRIS, 1998, p. 1011). É possível que os juros praticados em Israel após o cativeiro não passassem de 1% ao mês (Ne 5:11), contudo temos dificuldades com o texto e a sua melhor tradução.

Quando Deus fala sobre a responsabilidade de cada um perante Ele, ilustra alguns comportamentos que deveriam ser rejeitados em virtude da pecaminosidade de tais atos. O povo de Judá, por exemplo, estava colhendo os frutos de seus próprios pecados no cativeiro. Entre os preceitos de Deus que foram quebrados, lemos: “Não dando o seu dinheiro à *usura* (*nesbek*), não recebendo *juros* (*tyBir>T*;) (*tarbiyth*) (= acréscimo, aumento)<sup>21</sup>, desviando a sua mão da injustiça e fazendo verdadeiro juízo entre homem e homem” (Ez 18:8, 18:13, 22:12).

Quem pratica tais coisas não será abençoado por Deus. Sua riqueza será agregada ao que acode misericordiosamente o necessitado (Pv 28:8, 19:17).

Há uma relação gramatical entre a atitude do agiota e o agir com *impiedade* e *falsamente*. Fisher (1998, p. 1008) comenta que, na prática antiga de empréstimos, “descontavam-se os juros normais e que a ‘usura’ consistia numa segunda taxa de juros cobrada depois que o devedor inadimplente era preso como escravo”.

Comentando o Sl 15:5, Calvino (1999, p. 297-298) faz uma longa explicação sobre isso:

<sup>19</sup> No século XII, teólogos cristãos concluíram que a palavra “irmão” aplicava-se a todos os homens. Desse modo, consideraram que o empréstimo de dinheiro com juros é sempre um ato pecaminoso (cf. MULLER, 2011, p. 34).

<sup>20</sup> Cf. Archer (2008, p. 806), Baigent (2009, p. 777) e Vaux (1993, p. 207). Na Idade Média, os judeus praticavam taxas de juros anuais que podiam variar de 33% a 60% ao ano (cf. MULLER, 2011, p. 38).

<sup>21</sup> A palavra sugere juros exorbitantes (ver WHITE, 1998, p. 1394).

Neste versículo Davi prescreve aos santos a não oprimirem seu próximo com usura, nem a forçá-lo a aceitar suborno em favor de causas injustas. [...] Lembremo-nos, pois, de que toda e qualquer barganha em que uma parte injustamente se empenha por angariar lucro em prejuízo da outra parte, seja que nome lhe damos, é aqui condenada. [...] Aconselharia a meus leitores a se precaverem de engenhosamente inventar pretextos, pelos quais tirem proveito de seus semelhantes, e para que não imaginem que qualquer coisa pode ser-lhes lícita, quando para outros é grave e prejudicial.

Com respeito à usura, é raríssimo encontrar no mundo um usurário que não seja ao mesmo tempo um extorquidor e viciado ao lucro ilícito e desonroso. Consequentemente, Cato desde outrora corretamente colocava a prática da usura e o homicídio na mesma categoria de criminalidade, pois o objetivo dessa classe de pessoas é sugar o sangue de outras pessoas. É também algo muito estranho e deprimente que, enquanto todos os demais homens obtêm sua subsistência por meio do trabalho, enquanto os cônjuges se fatigam em suas ocupações diárias e os operários servem à comunidade com o suor de sua frente, e os mercadores não só se empenham em variados labores, mas também se expõem a muitas inconveniências e perigos – os agiotas se deixam levar por vida fácil sem fazer coisa alguma, recebendo tributo do labor de todas as outras pessoas. Além disso, sabemos que, geralmente, não são os ricos que são empobrecidos por sua usura, e, sim, os pobres, precisamente quem deveria ser aliviado<sup>22</sup>.

---

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a perspectiva Reformada, as Escrituras nos ensinam que Deus nos criou para o trabalho (Gn 2:8,15), o qual, portanto, faz parte do propósito de Deus para o ser humano, sendo objeto de satisfação humana: “Em vindo o sol, [...] sai o homem para o seu trabalho, e para o seu encargo até à tarde” (Sl 104:22-23). Na concepção cristã, o trabalho

---

<sup>22</sup> Esse mesmo conceito é encontrado posteriormente em Turretini (2011, p. 164).

dignifica o homem, devendo o cristão estar motivado a despeito do seu baixo salário ou do reconhecimento humano; embora as Escrituras também observem que o trabalhador é digno do seu salário (Lc 10:7). Seu trabalho deve ser entendido como uma prenda feita a Deus, independentemente dos senhores terrenos; desse modo, o que, de fato, importa não é o trabalho em si, mas o espírito com o qual ele é feito; a dignidade deve permear todas as nossas obras, visto que as realizamos para o Senhor e pela capacitação do Senhor: “Ao executarem o que Deus lhes determinou, os homens devem começar sempre com oração, invocando o nome de Deus e oferecendo-Lhe seus labores, para que Ele os abençoe” (CALVINO, 2009, p. 377). Nosso trabalho revela a nossa percepção de Deus e de Sua Criação.

A prestação de contas de nosso trabalho deverá ser feita a Deus; é Ele, com o seu escrutínio perfeito e eterno, Quem julgará as obras de nossas mãos (Cl 3:17,22-4:1; Ef 6:5-9).

Portanto, não há desculpas para a fuga do trabalho, mesmo em nome de um motivo supostamente religioso (1 Ts 4:9-12; Ef 4:28; 1 Tm 5:11-13).

O homem é um ser que trabalha. A sua mão é uma arma “politécnica”, instrumento exclusivo e incomparável de construção, reconstrução e transformação. Faz parte da essência do homem trabalhar. Ele é um artífice que constrói, transforma, modifica; a sua vida é um eterno devir, que se realiza no fazer como expressão do seu ser orientado e direcionando para valores que acredita serem relevantes. Portanto, o trabalho deve ter sempre um sentido axiológico. Como o ser não pode se limitar ao simples fazer, está sempre à procura de novas criações que envolvem trabalho, no qual o homem concretiza a sua liberdade de ser. Acontece que, se o homem é o que é, seu trabalho revela parte da sua essência. A “originalidade” do seu trabalho será uma decorrência natural da sua autenticidade<sup>23</sup>. Por isso, nunca poderemos ter como meta da sociedade a ausência do trabalho, o qual não é resultado do pecado. O homem foi

---

<sup>23</sup> Lewis (1993, p. 47) observou que “o homem que valoriza a originalidade jamais será original. Mas tente dizer a verdade tal como você a vê, tente trabalhar com perfeição por amor ao trabalho, e aquilo que os homens chamam de originalidade surgirá espontaneamente”.

criado para o trabalho não para permanecer na inatividade e na indolência. Portanto, aposentar-me de determinado trabalho não significa abandonar a condição de “ser” que trabalha<sup>24</sup>. No trabalho, expressamos e aperfeiçoamos a nossa humanidade, cumprindo a nossa vocação<sup>25</sup>. Deixar de trabalhar significa deixar de utilizar parte da sua potência; equivale a deixar parcialmente de ser homem; em outras palavras, seria uma desumanidade.

Lamentavelmente, o conceito Protestante do trabalho, no pensamento moderno, foi secularizado, abandonando aos poucos a concepção religiosa que lhe dera suporte, tornando-se, agora, apenas uma questão de racionalidade, não necessariamente de “vocação” ou de “glorificação a Deus”. Perdeu-se a “infraestrutura”, ficou-se apenas com a “superestrutura”<sup>26</sup>. DeLumeau (1989, p. 305) resume com pertinência: “Na verdade, o Protestantismo não engendrou em seus fiéis a mentalidade capitalista a não ser na medida em que perdeu seu tônus religioso e se tornou infiel a Calvino”.

---

<sup>24</sup> “Para o cristão, a aposentadoria é libertação para serviço. A pessoa aposentada poderá começar um capítulo totalmente novo na vida, em vez de ficar improdutiva. A filosofia cristã de trabalho é a de que o trabalho nunca está totalmente terminado” (TRUEBLOOD, 2007, p. 583). Ver também Veith Junior (2007, p. 39, 125).

<sup>25</sup> “[...] o homem, por isso mesmo, desde o princípio é chamado ao trabalho. O trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas, cuja atividade, relacionada com a manutenção da própria vida, não se pode chamar trabalho; somente o homem tem capacidade para o trabalho e somente o homem o realiza preenchendo ao mesmo tempo com ele a sua existência sobre a terra. Assim, o trabalho comporta em si uma marca particular do homem e da humanidade, a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas; e uma tal marca determina a qualificação interior do mesmo trabalho e, em certo sentido, constitui a sua própria natureza” (PAULO II, 1981).

<sup>26</sup> Biéler (1999, p. 54-55) faz uma constatação relevante: “A íntima interpenetração da Reforma e da Renascença contribuiu amplamente para a sua promoção no Ocidente. Mas o materialismo e as ideologias substitutivas engendradas pela secularização do pensamento, no decurso dos séculos subsequentes, acabaram por fazer crer que uma civilização arrancada de suas raízes espirituais conseguiria produzir espontaneamente todos esses valores. Essas ideologias substitutivas proliferaram. [...] Todas essas ideologias, que tomaram o lugar da fé cristã, transformaram-se em crenças que, uma vez dissipadas, deixaram no Ocidente e no mundo atual um vácuo espiritual, e muitas vezes um desespero, que se mostram propícios a toda sorte de novidades inflamadas da demagogia religiosa, filosófica ou política”.

# WORK AS A CREATIVE AND JOYFUL EXERCISE OF GOD'S VOCATION – FUNDAMENTALS AND IMPLICATIONS: A REFORMED APPROACH (1)

## ABSTRACT

---

In this first article of two, in a reformed perspective, the idea of work is analyzed and its theological, spiritual and social meaning, emphasizing its law value starting on The Ten Commandments. The author also gives some panoramic views of historical conceptions related to work, describing the reformed vision of vocation and work, its fundamentals, and some implications.

## KEYWORDS

---

Vocation. Work. Saturday. Reformed Thinking. John Calvin.

## REFERÊNCIAS

---

- ARCHER, G. L. Juros. In: TENNEY, M. C. (Org.). *Enciclopédia da Bíblia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008. v. 3.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores, v. IV).
- ATTALI, J. *Os judeus, o dinheiro e o mundo*. 5. ed. São Paulo: Futura, 2005.
- BAIGENT, J. W. Salmos (1-72). In: BRUCE, F. F. (Ed.). *Comentário bíblico NVI: Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2009.
- BAVINCK, H. *Teologia sistemática*. Santa Bárbara d'Oeste: Socep, 2001.
- BEÍSNER, E. C. *Psalms of Promise: celebrating the Majesty and Faithfulness of God*. 2. ed. Phillipsburg: P. & R. Publishing, 1994.

- BEYER, H. W. Servir, serviço: In: KITTEL, G. (Ed.). *A Igreja do Novo Testamento*. São Paulo: Aste, 1965.
- BIÉLER, A. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Edições Oikoumene, 1970.
- BIÉLER, A. *O pensamento econômico e social de Calvino*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.
- BIÉLER, A. *A força oculta dos protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.
- BOICE, J. M. *Psalms: an expositional commentary*. Grand Rapids: Baker Book House, 1994. 3 v.
- CALVIN, J. Catechism of the Church of Geneva, perguntas 1 e 2. In: CALVIN, J. *Tracts and treatises on the doctrine and worship of the church*. Grand Rapids: Eerdmans, 1958. 3 v.
- CALVIN, J. *Calvin's commentaries*. Grand Rapids: Baker, 1981a. v. XII/1.
- CALVIN, J. *Commentary on a harmony of the evangelists, Matthew, Mark, and Luke*. Grand Rapids: Baker, 1981b. (*Calvin's commentaries*, v. XVI/2).
- CALVIN, J. *Calvin's commentaries*. Grand Rapids: Baker Book House Company, 1996a. v. XII.
- CALVIN, J. *Commentaries on The First Book of Moses Called Genesis*. Grand Rapids: Eerdmans Publishing, 1996b. v. 1.
- CALVIN, J. *Commentaries on the Second Epistle to the Thessalonians*. Grand Rapids: Baker Book House, 1996c. (*Calvin's commentaries*, v. XXI).
- CALVIN, J. *Commentaries on The Four Last Books of Moses*. Grand Rapids: Eerdmans Publishing, 1996d. v. 3.
- CALVINO, J. *Efésios*. São Paulo: Paracletos, 1998a.
- CALVINO, J. *As pastorais*. São Paulo: Paracletos, 1998b.
- CALVINO, J. *O Livro dos Salmos*. São Paulo: Edições Paracletos, 1999. 2 v.
- CALVINO, J. *A verdadeira vida cristã*. São Paulo: Novo Século, 2000.

- CALVINO, J. *Instrução na fé*. Goiânia: Logos, 2003.
- CALVINO, J. *Salmos*. São José dos Campos: Fiel, 2009. v. 4.
- CHOISY, E. *L'État Chrétien Calviniste a Genève au Temps de Théodore de Bèze*. Genève: Ch. Eggimann & Cie Éditeurs, [1902?].
- CRAIGIE, P. C. *Psalms 1-50*. 2. ed. Waco: Thomas Nelson, 2004. (Word Biblical Commentary, v. 19).
- DELUMEAU, J. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DUBY, G. *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1987-1988. 2 v.
- ECO, U. *A busca da língua perfeita na cultura européia*. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.
- FISHER, M. C. Nasha: In: HARRIS, R. L. et al. (Ed.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- FORRESTER, W. R. *Christian Vocation: studies in faith and work*. London: Lutterworth Press, 1951.
- GUREVIC, A. J. O mercador: In: LE GOFF, J. (Dir.). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- HARMAN, A. *Comentário do Antigo Testamento – Salmos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- HARRIS, R. L. Nashak: In: HARRIS, R. L. et al. (Ed.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- HENDRIKSEN, W. *Comentário do Novo Testamento: exposição do Evangelho de Marcos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- HENGSTENBERG, E. W.; THOMSON, J. *Commentary on the Psalms*. Tennessee: General Books, 2010. v. 1.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

JEREMIAS, J. *As parábolas de Jesus*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1980.

JEREMIAS, J. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisa de história econômica-social no período neotestamentário*. São Paulo: Paulinas, 1983.

KEIL, C. F.; DELITZSCH, F. *Commentary on the Old Testament*. Grand Rapids: Eerdmans, 1871. v. 5 (I/III).

KÖRTNER, U. H. J. Calvinisme et capitalisme: In: HIRZEL, M. E.; SALLMANN, M. (Ed.). *Calvin et le Calvinisme*. Genève: Labor et Fides, 2008.

LE GOFF, J. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LE GOFF, J. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989a.

LE GOFF, J. O homem medieval: In: LE GOFF, J. (Dir.). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989b.

LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, J. Trabalho. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEWIS, C. S. *Peso de Glória*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1993.

MAGALHÃES, J. C. de. *História do pensamento econômico em Portugal: da Idade-Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967.

MONNET, P. Mercadores: In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2.

MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001. 4 v.



- MULLER, J. Z. *Os judeus e o capitalismo mundial: o que explica o sucesso judaico nas sociedades capitalistas?* São Paulo: Saraiva, 2011.
- PASCAL, B. *Las cartas provinciales*. Buenos Aires: Librería “El Ateneo” Editorial, 1948.
- PAULO II, J. *Carta Encíclica Laborem Exercens*. 1981. Disponível em: <<http://www.universocatolico.com.br/index.php/?carta-enciclica-laborem-exercens.html>>. Acesso em: 3 fev. 2013.
- PENNINGS, R. *Trabalhando para a Glória de Deus*. In: BEEKE, J. *Vivendo para a Glória de Deus: uma introdução à Fé Reformada*. São José dos Campos: Fiel, 2012.
- PEYREFITTE, A. *A sociedade de confiança: ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- PIPER, O. A. *A interpretação cristã da história*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1956.
- PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- PLUMER, W. S. *Psalms*. Carlisle: The Banner of Truth Trust, 1975.
- POLIAKON, L. *De Cristo aos judeus da corte*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ROBERTSON, O. P. *Cristo dos pactos*. Campinas: Luz para o Caminho, 1997.
- RYKEN, L. *Redeeming the time: a Christian approach to work and leisure*. Grand Rapids: Baker Books, 1995.
- SCHRECKER, P. *Work and history*. Princeton: Princeton University Press, 1948.
- SPEISER, E. A. *Oriental and biblical studies: collected writings of E. A. Speiser*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1967.
- STOTT, J. *O incomparável Cristo*. 2. reimp. São Paulo: ABU, 2013.

TAWNEY, R. H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TRUEBLOOD, E. E. Trabalho: In: HENRY, C. F. H. (Org.). *Dicionário de ética cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

TURRETINI, F. *Compêndio de teologia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. 2 v.

VAN DEURSEN, F. *Los Salmos*. Países Bajos: Fundacion Editorial de Literatura Reformada, 1996. 2 v.

VAN DYKE, F. et al. *A criação redimida*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

VAN GRONINGEN, G. O sábado no Antigo Testamento: tempo para o Senhor, tempo de alegria Nele. *Fides Reformata*, São Paulo, v. 3, n. 2, 1998.

VAUX, R. de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, Paulus, 1993.

VEITH JUNIOR, G. E. *Deus em ação*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

VERGER, J. Universidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2.

WAKELY, R. Ns'. In: VANGEMEREN, W. A. (Org). *Novo dicionário internacional de teologia e exegese do Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. v. 3.

WALLACE, R. S. *Genebra e a Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

WALZER, M. *La revolución de los santos: estudio sobre los orígenes de la política radical*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

WEATHERFORD, J. M. *A história do dinheiro: do arenito ao cyberspace*. São Paulo: Negócio, 2000.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WEISER, A. *Os Salmos*. São Paulo: Paulus, 1994.

WHITE, W. Raba: In: HARRIS, R. L. et. al. (Ed.).  
*Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*.  
São Paulo: Vida Nova, 1998.

WOLFF, P. *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* Lisboa: Edições 70, 1988.